



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1003773-60.2018.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: Andre Luiz Monteiro, Flavio Aparecido Monteiro e Ilda Maria de Souza Monteiro  
 Inventariado(a,s): José Luiz Monteiro

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 03/09. As certidões negativas constam dos autos. O valor da carreta foi suficientemente justificado pelo inventariante.

**HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 03/09 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando os herdeiros a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe. É vedado ao Tabelionato de Notas exigir prova do pagamento do ITCMD como condição para a expedição do formal de partilha, pois dispositivo das Normas da E. CGJ que exigia essa necessidade ficou prejudicado por força de regra advinda com o CPC/2015.

O Fisco Estadual recebeu senha (fls. 63/64) para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 08 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**